



PROJETO DE LEI N.º 2.484, DE 2019

(Do Sr. David Soares)

Altera o Decreto-Lei nº 3.688, de 03 de outubro de 1941, para estabelecer como contravenção penal a conduta de abordar, importunar ou constranger mulher com gestos ou palavras torpes ou obscenas. (Lei da "Cantada")

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-8732/2017.

APRECIAÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL Art. 137, caput - RICD 2

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei torna contravenção penal a conduta de abordar,

importunar ou constranger mulheres com palavras torpes ou obscenas.

Art. 2º Acrescenta-se ao Decreto-Lei nº 3.688, de 03 de outubro de

1941, Lei de Contravenções Penais, o seguinte artigo:

"Art. 23-A Abordar, importunar ou constranger mulher com gestos ou

palavras torpes ou obscenas.

Pena – prisão simples, de 15 (quinze dias) a 3 (três) meses, pedido

de desculpa pública através dos meios de comunicações,

telemática e multa, se o fato não constitui crime mais grave.

Parágrafo único. A pena é aumentada da metade se a vítima é

menor de dezoito anos, idosa, gestante ou pessoa com deficiência."

(NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Ninguém deveria ter medo de caminhar pelas ruas simplesmente por

ser mulher. Mas infelizmente isso é algo que acontece todos os dias. E é um problema

invisível. Pouco se discute e quase nada se sabe sobre o tamanho e a natureza do

problema.

A cultura machista é ainda forte no Brasil. O que leva milhares de

mulheres serem agredidas diariamente com cantadas vulgares e até agressões

físicas. Pesquisa brasileira mostra que 89% das mulheres se sentem constrangidas e

violentadas com os assédios torpes e vulgares, que recebem nas ruas.

Outra pesquisa, realizada pelas jornalistas Karin Hueck e Juliana de

Faria como parte da campanha Chega de Fiu Fiu com 7.762 mulheres, em agosto de

Coordenação de Comissões Permanentes - DECOM - P_6914 CONFERE COM O ORIGINAL AUTENTICADO

3

2013, revelou que 98% já sofreram algum tipo de assédio em locais públicos e

68% foram insultadas depois de não terem correspondido a uma cantada. < https://olga-

project.herokuapp.com/2013/09/09/chega-de-fiu-fiu-resultado-da-pesquisa/>. Acesso em 16/04/2019.

A capital paulista chega a registrar dois casos por dia de mulheres que

vão à delegacia registrar ocorrência da abordagem ofensiva de homens. Número

que poderia maior, caso houvesse legislação específica.

Na legislação brasileira, ainda não há uma tipificação adequada para

este tipo de agressão. O que dá uma certeza de impunidade e estímulo para a

prática perpétua das cantadas vulgares e agressivas.

Assim, sem dúvida, esta conduta agressiva tem que ser acrescentada

à Lei de Contravenções, para evitar o constrangimento que milhares de mulheres

sofrem diariamente.

Considerando o mérito e o alcance social da iniciativa, contamos com

o apoio dos nossos Pares para sua aprovação.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 2019.

Deputado David Soares

DEM-SP

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA

Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG

Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL

Seção de Legislação Citada - SELEC

DECRETO-LEI Nº 3.688, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941

Lei das Contravenções Penais

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 180 da

Constituição,

DECRETA:

Coordenação de Comissões Permanentes - DECOM - P_6914 CONFERE COM O ORIGINAL AUTENTICADO

LEI DAS CONTRAVENÇÕES PENAIS
PARTE ESPECIAL
CAPÍTULO I DAS CONTRAVENÇÕES REFERENTES À PESSOA
Indevida custódia de doente mental Art. 23. Receber e ter sob custódia doente mental, fora do caso previsto no artigo anterior, sem autorização de quem de direito: Pena - prisão simples, de quinze dias a três meses, ou multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis.
CAPÍLULO II DAS CONTRAVENÇÕES REFERENTES AO PATRIMÔNIO
Instrumento de emprego usual na prática de furto Art. 24. Fabricar, ceder ou vender gazua ou instrumento empregado usualmente na prática de crime de furto: Pena - prisão simples, de seis meses a dois anos, e multa, de trezentos mil réis a três contos de réis.
FIM DO DOCUMENTO